ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930): A ESCOLA IDEAL E A ESCOLA REAL

Renant Araujo Morais

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, renantmorais@iftm.edu.br

Linha de trabalho: Políticas públicas na educação

Resumo

Este trabalho enfoca o desenvolvimento do ensino profissionalizante na República Velha (1889 – 1930) procurando estabelecer relações entre a criação da Escola de Aprendizes artífices em 1909, a formação de mão de obra qualificada e as práticas de assistencialismo por parte do governo. A pesquisa procura analisar as motivações que levaram o governo do presidente Nilo Peçanha a implantar 19 escolas profissionais no país, os cursos que eram oferecidos por essas escolas, as condições de funcionamento e o impacto que essas escolas tiveram na sociedade e no desenvolvimento do ensino profissionalizante no Brasil.

Palavras-chave: Escolas profissionalizantes, Desvalidos da sorte, Controle Social.

No dia 23 de setembro de 1909 o presidente da República Nilo Peçanha assinou o decreto 7566 criando 19 Escolas de Aprendizes Artífices - uma em cada Estado da federação – e incumbiu ao então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a responsabilidade pela sua manutenção. Este foi o primeiro passo para a implantação do ensino profissional no Brasil em uma rede federal.

Naquele momento histórico o Brasil possuía uma economia basicamente agrária e o café era o principal produto de exportação do país. Ao mesmo tempo, as oligarquias agrárias, com destaque para os grandes fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais ocupavam os principais postos de comando no país e procuravam utilizar os recursos do Estado no sentido de proteger e incentivar a economia agrária em prejuízo dos outros setores econômicos. Todavia, mesmo com o predomínio do setor primário, a vida urbana, o comércio e a indústria se desenvolveram no país e começaram a dar uma nova formatação à economia brasileira mais compatível com a modernidade capitalista. De acordo com Saviani,

> a prosperidade usufruída com os altos lucros proporcionados pelas exportações de café propiciou um progressivo desenvolvimento com uma crescente complexificação social. A população global cresceu de 14.333.915 em 1890 para 30.635.605 em 1920 e 35.804.704 em 1925, com significativa concentração em algumas cidades: no Distrito Federal a população passa de 522.651 em 1890 para 1.157.000 em 1920; em São Paulo, no mesmo período, pula de 64.934 para 579.033; e Salvador, de 174.412 para 283.432. A atividade industrial acelera-se, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1915 e 1919, quando

> foram criadas quase tantas empresas (5.940) quanto o foram em todos os 25 anos anteriores do período republicano: 6.946. O número de operários passa de 500 mil em 1920 para 800 mil em 1930 (SAVIANI, 2008, p.189).

Esse crescimento urbano e industrial, embora tímido, passou a exigir a formação de uma força de trabalho com um mínimo de qualificação técnica para trabalhar nas fábricas, nos bancos e no comércio. Caberia então à escola, com destaque para as Escolas de Aprendizes Artífices, preparar esses trabalhadores. Observa-se, portanto, que a criação dessas instituições tinha uma motivação econômica.

Todavia, é importante salientar que a preocupação das autoridades e de vários intelectuais com relação a essas escolas não era apenas econômica, de formar mão-de-obra para o setor secundário. Existia também um forte interesse político e ideológico de formar um cidadão republicano, de desenvolver um espírito cívico e patriótico e de disciplinar e ordenar a sociedade. De acordo com Cunha a criação de escolas profissionalizantes desde o final do Império (1822-1889),

> eram legitimadas por ideologias que proclamavam ser a generalização desse tipo de ensino para os trabalhadores livres condição de: a) imprimir neles a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política que estava sendo contestada na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de trabalho qualificada, motivada e ordeira; d) favorecer os próprios trabalhadores que passariam a receber salários mais elevados (CUNHA, 2000, p.04).

O interesse em incutir o gosto pelo trabalho é explicado pelos resquícios da presença da escravidão no país. Durante todo o império a presença do trabalho escravo nas mais variadas atividades econômicas construiu uma imagem negativa do trabalho, visto como coisa degradante e humilhante. Essa preocupação se fazia mais incisiva se levarmos em conta que a abolição da escravatura tinha ocorrido nos momentos finais da monarquia e gerara um problema que inquietava políticos e intelectuais: o que fazer com milhares de negros que foram libertados? Como inseri-los na nova ordem republicana? Como evitar que eles descambassem para o caminho da marginalidade e do crime representando assim uma séria ameaça ao equilíbrio social?

Essa motivação para o trabalho também era necessária pela visão que as elites brasileiras tinham com relação ao brasileiro, tido como indolente, preguiçoso, avesso ao trabalho, desprovido de higiene e de normas de civilidade. O povo brasileiro, no olhar preconceituoso dos governantes era formado pela mistura de raças inferiores (o negro e o índio), naturalmente desinteressadas no trabalho constante e rotineiro, incapazes de civilizar-se por si só e que comprometiam o desenvolvimento do país no caminho do progresso. A solução para esse problema seria então instruir, educar os brasileiros pela escolarização ou

então incentivar a entrada de imigrantes europeus tidos como superiores e mais capacitados desenvolvendo assim uma política de branqueamento.

Dessas inquietações vinha uma outra preocupação de muitos políticos e intelectuais brasileiros do fim do século XIX e início do século XX. O de fornecer um emprego, um ofício para milhares de jovens desvalidos, crianças órfãs que não tinham como sobreviver nas grandes cidades. Era grande quantidade de vagabundos, mendigos, ladrões, órfãos e ociosos que perambulavam pelas ruas do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador e que poderiam representar uma grande ameaça à ordem pública pois facilmente poderiam enveredar para o caminho da criminalidade e de outros vícios. Nesse sentido as Escolas de Aprendizes Artífices poderiam ser uma solução para esse grave problema na medida em que tiraria muitas crianças órfãs e desvalidas da rua e ensinaria para elas uma profissão. Sobre essa preocupação, Cunha ressalta que,

> O ensino profissional para os desvalidos era visto por essas correntes de pensamento (liberalismo e positivismo) como uma pedagogia tanto preventiva como corretiva. Enquanto pedagogia preventiva, propiciaria o disciplinamento e a qualificação técnica das crianças e dos jovens cujo destino era evidentemente o trabalho manual, de modo a evitar que fossem seduzidos pelo pecado, pelos vícios, pelos crimes e pela subversão político-ideológica. Ademais, nas oficinas das escolas correcionais, o trabalho seria o remédio adequado para combater aqueles desvios, caso as crianças e os jovens já tivessem sido vítimas das influências nefastas das ruas (CUNHA, 2000, p. 24).

Dessa forma, as escolas profissionalizantes da época tinham um forte caráter assistencialista e compensatório. De oferecer para os pobres e desvalidos, para crianças e adolescentes abandonados, a oportunidade de aprender um ofício a partir do qual poderiam sobreviver de maneira digna. De acordo com Manfredi durante o Império, e também no início da era republicana,

> tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza (MANFREDI, 2002, p. 78).

Portanto, essas escolas profissionalizantes teriam essa outra importante função; a de controle e de ordenamento social, a de evitar ou pelo menos minimizar que um grande contingente de párias da sociedade que perambulavam pelas ruas se colocassem a serviço do crime ou até mesmo de revoltas e rebeliões. Assim, essas escolas, na visão de alguns dos seus ideólogos e intelectuais, teriam uma função econômica, social e político-ideológica. Econômica porque, teoricamente, essas casas de educação poderiam formar centenas de

trabalhadores com uma relativa qualificação técnica e que, ao entrarem para o mundo do trabalho, poderiam contribuir para a expansão industrial e para o crescimento econômico do país. Social pois, como vimos, as escolas poderiam tirar centenas de crianças e adolescentes das ruas preparando-os para uma nova vida regida pelo trabalho cotidiano, pela disciplina e pelos valores básicos da civilização que seriam transmitidos e ensinados pela escola. E uma função político-ideológica uma vez que teriam o importante objetivo de disciplinar a sociedade, de manter a ordem pública, de impedir o surgimento de revoltas e, por fim, de preservar a ordem capitalista.

Feitas essas considerações concernentes à idealização dessas Escolas de Aprendizes Artífices, é importante ressaltar agora, mesmo que de maneira breve, a realidade concreta dessas escolas, o seu dia-a-dia, ou seja, de como era a vida real dessas escolas analisando aspectos como a infra-estrutura das mesmas, os cursos oferecidos e a formação dos alunos.

De acordo com Nascimento, as dezenove Escolas de Aprendizes Artífices criadas por Nilo Peçanha,

> formavam um sistema educacional perfeitamente definido principalmente em função de uma legislação específica que as tornava distintas das demais instituições de ensino profissional existentes. Essas escolas foram criadas com prédios, currículos e metodologia didática e pedagógico próprios; alunos, condições de ingresso e destinação esperada para os que nela ingressassem o que as distinguiam de todas as demais instituições de ensino elementar mantidas pelo Estado (NASCIMENTO, 2007, p.110).

Os cursos oferecidos por essas escolas poderiam variar de uma cidade para outra e abrangiam as áreas de comércio, indústria e até mesmo o setor primário. No caso da aprendizagem industrial, cujos alunos estavam na faixa etária de 14 anos para cima, os cursos oferecidos eram carpinteiro, marceneiro, torneiro de madeira, entalhador, escultura em gesso, madeira e pedra, fundidor de tipos, fundidor de metais, litografia, gravura em pedra, gravura em madeira, serralheiro, modelagem, torneiro de metais, instrumentos de precisão (para homens) e tipografia, litografia e gravura, relojoaria, telégrafos e correios, papelaria, fabrico de vidros, preparo de tecidos (para mulheres).

Deve-se ressaltar, porém, que a realidade e o cotidiano dessas escolas nem sempre se coadunava com as propostas e a idealização desses projetos. Nos seus primeiros anos muitas dessas escolas funcionaram com dificuldades e enfrentaram vários problemas que comprometiam a qualidade dos cursos, a formação dos alunos e até mesmo a sua sobrevivência. A infraestrutura e as instalações materiais dessas casas de ensino profissional nem sempre eram adequadas. Nascimento ressalta que

> a Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco recebeu como local de instalação um casarão que fora anteriormente um mercado de frutas (todo cercado de mangues e sem uma única rua de acesso), onde funcionou até 1923. Seu prédio próprio, especialmente construído para abrigar as oficinas e salas de aulas de maneira adequada, somente foi inaugurado em 1935 (NASCIMENTO, 2007, p.158).

Todavia, os problemas das escolas de Aprendizes Artífices não paravam por aí. Mais grave do que as condições precárias dos prédios era a falta de professores ou o despreparo dos mesmos. Segundo Fonseca,

> desde a criação das Escolas de Aprendizes Artífices vinha o governo federal lutando com o problema da falta de professores e mestres. Talvez fosse esse o ponto mais fraco da organização escolar naquela época. Na capital do país, como em todos os Estados, havia uma absoluta carência de profissionais competentes que pudessem ser aproveitados como mestres das oficinas escolares (FONSECA, 1961, p.95).

O despreparo desses professores que além do parco conhecimento da disciplina específica também não tinham muitos conhecimentos de pedagogia, de didática, de métodos de ensino que são uma ferramenta fundamental para a prática docente, comprometia um melhor desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Com certeza, a debilidade desses professores, somado a outros problemas, contribuíram decisivamente para um ensino precário e deficiente nessas escolas.

A carência de professores foi um problema constante que as escolas tiveram que enfrentar nas suas primeiras décadas de existência e basicamente dois fatores explicam essa carência. Os baixos salários pagos aos professores não só no ensino profissional mas no conjunto das escolas brasileiras que fazia com que a carreira de professor fosse pouco atraente e o nível dos alunos "recrutados " para estudar nessas escolas. Como já destacado, a grande maioria dos alunos eram órfãos, pobres e desvalidos, muitos deles já beirando ou trilhando o caminho da marginalidade que perambulavam pelas ruas das cidades. Esse tipo de clientela, de acordo com a mentalidade da época, poderia desestimular ou até mesmo afastar os professores das Escolas de Aprendizes Artífices.

Outro grave problema enfrentado por essas escolas era o da evasão escolar. Os cursos profissionalizantes normalmente tinham quatro anos de duração e, em muitos casos, os alunos abandonavam a escola antes da conclusão dos cursos.

De acordo com Fonseca,

> a evasão escolar vinha, de longa data, preocupando os espíritos. Poucos eram os alunos que chegavam ao final dos cursos das Escolas de Aprendizes Artífices. A maioria, premida por várias causas, principalmente pelo fator econômico, abandonava aqueles estabelecimentos no fim da 3ª ou 4ª série, para procurar trabalho nas fábricas ou oficinas, oferecendo aos patrões os conhecimentos que já haviam adquirido e que, aliás, eram superiores aos dos operários antigos, que nunca haviam cursado escolas profissionais (FONSECA, 1961, p.96).

Para se ter uma ideia mais clara do problema da evasão e do número de concluintes, podemos citar o caso da unidade da Paraíba que historicamente sempre foi uma das escolas a ter maior número de matrículas. De acordo com Nascimento,

> entre 1910 e 1942 essa escola teve cerca de 10.600 alunos mas apenas 70 receberam o certificado de conclusão, o que mostra um grau de eficiência muito pequeno. Além disso, durante cinco anos desse mesmo período, não houve um só aluno que concluísse o curso e, em oito anos, houve apenas um ou dois a obterem o certificado (NASCIMENTO, 2007, p.135).

Ressalte-se que este mesmo autor indica que nas outras unidades espalhadas pelo país os dados estatísticos sobre a evasão e o número de concluintes também eram preocupantes.

Percebe-se, portanto, que, em três aspectos fundamentais para se medir a qualidade de ensino de uma escola – infra-estrutura, qualificação de professores e formação final dos alunos – as Escolas de Aprendizes Artífices apresentavam deficiências. A ação do presidente Nilo Peçanha de criar essas 19 escolas não foi acompanhada, pelo menos nos primeiros anos, por políticas públicas dos outros presidentes no sentido de melhor aparelhá-las e até ampliá-las.

Os problemas enfrentados por essas escolas levaram o governo, em 1926, por meio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a montar uma comissão – o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico - chefiada pelo engenheiro João Luderitz com o objetivo de reformar as escolas contribuindo para melhorar a qualidade de ensino, diminuir a evasão escolar e formar mais técnicos. Segundo Nascimento,

> coube também a essa comissão a construção de prédios escolares adequados à eficiência que se tinha em vista, além de um melhor aparelhamento das instalações e oficinas. Era também sua função a substituição dos mestres de ofícios, posto que era entendimento à época que estes, em sua maioria, não estavam suficientemente capacitados para desempenharem a sua missão (NASCIMENTO, 2007, p.116).

Todavia, as reformas feitas pela comissão comandada por João Luderitz não lograram êxito. A evasão escolar continuou sendo um problema grave, embora às vezes fosse motivada por fatores alheios à instituição escolar. E o número de concluintes em praticamente todas as escolas continuou sendo muito baixo. De acordo com Cunha,

> os índices de concluintes das escolas, sempre muito baixos, passaram ao longo dos anos por uma sensível diminuição de 3,4% (1913 – 1916) a 0,7% (1932 – 1937), no conjunto dos Estados, a ponto de no Estado de São Paulo não se registrar nenhuma conclusão de curso no ano de 1937 (CUNHA, 2000, p.109).

Os dados estatísticos, portanto, indicavam que existia uma distância muito grande entre a idealização das Escolas de Aprendizes Artífices, do projeto de se construir escolas profissionalizantes para promover o crescimento econômico do país e a ordem pública e social e a realidade sombria dos poucos resultados práticos e concretos obtidos por essas escolas. Posteriormente, o inexorável desenvolvimento urbano e industrial do país iria cobrar uma nova dinâmica na organização, no funcionamento e na ampliação dessas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se os objetivos do ensino profissionalizante nas décadas iniciais do século XX, eram formar mão de obra qualificada para trabalhar na indústria, desenvolver o parque industrial do país e ordenar e disciplinar a sociedade, esses objetivos não foram plenamente alcançados. As escolas situadas em capitais cujos Estados eram pobres, notadamente no Nordeste, não diversificaram sua economia, que continuou agrária e com uma tecnologia bastante atrasada. Ao mesmo tempo, essas escolas estavam montadas e organizadas mais no sentido de formar artesãos do que formar um operário que iria trabalhar numa linha de montagem. Com relação ao caráter preventivo dessas escolas, de impedir a proliferação da marginalidade e da violência, os resultados também foram pouco animadores. Além de formar poucos trabalhadores – como vimos a evasão era grande – essas instituições, e outras congêneres eram em pouco número se comparadas com a grande quantidade de pobres e desvalidos que a realidade social e econômica amplamente excludente despejava nas ruas. Todavia, apesar das dificuldades e dos percalços que as 19 Escolas de Aprendizes Artífices enfrentaram, elas vão constituir o embrião das futuras instituições federais de ensino tecnológico. É importante ressaltar também que o natural desenvolvimento econômico e social do país, com crescimento das cidades e ampliação de um parque industrial, vão se refletir diretamente na escolarização da sociedade na medida em que essa nova realidade passa a exigir um contingente maior de mão de obra com conhecimentos técnicos.

Por fim, pode-se acrescentar que a trajetória do ensino profissionalizante na República Velha (1889 – 1930) fez com que essas escolas ficassem, durante muito tempo, associadas a um tipo de aluno – os pobres, os órfãos, os desvalidos da sorte – e à uma função político-ideológica – a manutenção da ordem pública e social por meio da formação de trabalhadores ordeiros e disciplinados. Essas características, além do preconceito contra o

trabalho manual, fez com que, historicamente, essas casas de educação fossem mal vistas pela classe média e pelas elites da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

CIAVATA, Maria e, SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Celso Suckow da Fonseca.** Recife: Massangana, 2010. (Col. Educadores – MEC).

CUNHA, Luiz Antonio. **O Ensino de ofícios nos primórdios da Industrialização**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **O Ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: UNESP, 2005, 2 ed.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961.

MANFREDI, Silvia. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, Osvaldo Vieira do. **Cem Anos de Ensino Profissional no Brasil.** Curitiba: IBPEX, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias Pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.